



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: - <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.000250/2021-31

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços de locação de purificadores de água, para fornecimento de água natural e refrigerada, incluindo mão de obra, substituição de elementos filtrantes, fornecimento de peças, manutenção preventiva e corretiva e transferências de pontos de instalação dos equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 1.2. Estimativas de consumo individualizadas:

Item	Descrição/ especificação	Local para Execução	Unidade de Medida	Quantidade por mês	Período	Quantidade anual
1	Locação e manutenção preventiva e corretiva de purificadores de água novos para o CTN da Fundacentro	Rua Capote Valente, nº 710 Bairro Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05405-050	unidades/mês	16	12 meses	192
2	Locação e manutenção preventiva e corretiva de purificadores de água novos para a Unidade Descentralizada de Campinas	R. Marcelino Vêlez, 43 Botafogo, Campinas /SP CEP 13020-200	unidades/mês	1	12 meses	12

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, sendo que os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, permitindo assim à Administração efetuar alteração do quantitativo contratado conforme a ocupação do prédio. 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Além da justificativa e objetivo da contratação em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, destacamos:
- 2.2. Oferecer água, natural e refrigerada, tratada e de qualidade, com características físico-químicas, microbiológicas e organolépticas adequadas e que obedeça aos parâmetros de potabilidade, para atender os trabalhadores e usuários do Centro Técnico Nacional da Fundacentro, além de reduzir o consumo de água mineral, com a consequente geração de resíduos plásticos.
- 2.3. Também tem por objetivo a redução de horas na limpeza dos filtros atuais, cuja manutenção vem mostrando-se inviável em decorrência do estado de conservação, por não haver peças de reposição e pela capacidade insuficiente de purificação.
- 2.4. Como o objeto inclui instalação, manutenção preventiva e corretiva/reparos, incluído o fornecimento de peças e insumos, como elementos filtrantes, inclusive com a substituição dos equipamentos, caso necessário, pretende-se manter todos os pontos de fornecimento em operação na maior parte do tempo.
- 2.5. A forma de contratação pretendida também permite que, caso necessário, seja adequado o número de equipamentos disponíveis na instituição de acordo com a demanda do prédio, podendo haver tanto redução quanto aumento, dentro dos limites previstos na legislação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. Com a entrada em vigor das Portarias INMETRO nº 102/2022 e 178/2022 e levando em consideração que se trata de serviço continuado, cujo contrato ultrapassará a data de 01/09/2023, nesta segunda versão do Termo de Referência, foram atualizadas alguns requisitos da pretendida contratação;
- 3.2. Requisitos Necessários:
- 3.2.1. Os purificadores de água deverão ser novos, de primeiro uso e não remanufaturados, com a voltagem adequada aos locais de instalação, além de possuírem, no mínimo, as seguintes características:
- a) Fornecer água para consumo com vazão igual ou superior a um litro por minuto.
 - b) Opção para água em temperatura natural e refrigerada (mista).
 - c) Possibilidade de instalação em bancada ou fixação em parede.
 - d) Preparados para a operação na tensão elétrica 127 ou 220 Volts – 60 Hz.
 - e) Possuir elemento filtrante com vida útil de acordo com o fabricante.

- f) Eficiência do filtro de água: Classe A para o nível de retenção de partículas.
- g) Classificação "Aprovada" para o teste de eficiência bacteriológica.
- h) Capacidade de refrigeração de água de pelo menos 2 litros/hora, compatível com uso comercial.

3.2.2. Os purificadores de água deverão:

- a) Atender aos requisitos da Portaria INMETRO Nº 344 DE 22/07/2014 – certificação de segurança elétrica e construtiva para os bebedouros.
- b) Possuir Selo INMETRO/IFBQ – Certificação Aparelhos para Melhoria de água.
- c) Atender a norma ABNT NBR 16098:2012. Ensaios Obrigatórios e Ensaios Classificatórios - regulamenta os equipamentos por pressão para fornecimento de água potável para uso doméstico.
- d) Atender as normas vigente quanto à acessibilidade.

3.3. A localização prevista para os purificadores seguirá, a princípio, a seguinte distribuição:

UF	CIDADE	ENDEREÇO	QUANT.
SP	SÃO PAULO	Rua Capote Valente, nº 710 Bairro Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05405-050	16
SP	CAMPINAS	R. Marcelino Vélez, 43 Botafogo, Campinas /SP CEP 13020-200	01

3.3.1. A localização dos purificadores tanto em São Paulo quanto em Campinas, será fornecida pelo fiscal do contrato e poderá ser alterada, a critério da gestão, desde que disponibilizados pontos de água e energia.

3.4. Previsão de início da execução dos serviços

3.4.1. Os purificadores de água deverão ser instalados pela **CONTRATADA** no prazo a ser combinado, após o recebimento da Ordem de Serviço

3.5. Duração do contrato

3.5.1. Será de 12 (doze) meses.

3.6. Horário de execução dos serviços

3.6.1. Prioritariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:00 hrs às 17:00 hrs. No caso de a execução dos serviços necessitar ser realizada em horário e dia diferentes do acima indicado (sábados, domingos e feriados), a **CONTRATADA** deverá solicitar previamente a autorização do gestor de contratos ou dos chefes de serviço dos setores e localidades em que os serviços serão prestados. Em hipótese alguma a **CONTRATADA** será remunerada por horas de trabalho, sejam normais ou extraordinárias, as quais deverão estar incluídas no valor da locação dos purificadores de água.

3.7. Instalação dos purificadores

3.7.1. A **CONTRATADA** deverá agendar com os fiscais de contrato ou chefes de serviços de cada localidade, a data de instalação, devendo informar a qualificação (nome, RG e CPF) do técnico que realizará o serviço.

3.7.2. A **CONTRATANTE** deverá deixar preparado o ponto elétrico e o ponto hidráulico, sendo que, o ponto hidráulico deverá estar a uma distância de até 10 (dez) metros de distância do local em que será instalado o purificador de água.

3.7.3. A **CONTRATADA** fará a instalação do purificador de água a uma distância máxima de 10 (dez) metros do ponto hidráulico, utilizando-se material adequado, de forma que não interfira no ambiente e nem prejudique a mobilidade dos servidores e terceirizados na área.

3.7.4. No momento da instalação do purificador de água, se a **CONTRATANTE** verificar a impossibilidade de se realizar o serviço, deverá apresentar relatório discriminando o motivo do impedimento. Caso o impedimento seja devido à indisponibilidade de pontos de água potável e/ou energia elétrica, a **CONTRATADA** deverá apresentar aos fiscais do contrato ou chefes de serviço a planta do local de instalação indicando os pontos que deverão ser disponibilizados.

3.7.5. A **CONTRATANTE** providenciará as adequações necessárias e emitirá nova OS - Ordem de Serviço, indicando o prazo máximo para instalação dos purificadores de água remanescentes.

3.7.6. Constatada pela **CONTRATANTE** a inviabilidade de realizar as adequações indicadas pela **CONTRATADA**, a instalação não será realizada e o local será excluído do objeto contratual.

3.7.7. Os purificadores de água somente serão considerados instalados quando estiverem em perfeito funcionamento e após a verificação do fiscal de contrato ou os chefes de serviços. Somente a partir deste momento, ocorrerá a contabilização desses para efeito de cobrança.

3.7.8. A Gestão do contrato contatará os fiscais do contrato de cada setor e localidade para confirmar a data de instalação e o efetivo funcionamento.

3.7.9. Após a instalação dos purificadores de água, a **CONTRATADA** deverá apresentar à Equipe de Fiscalização do Contrato, Relatório de Distribuição dos Purificadores de Água, contendo no mínimo as seguintes informações: a data e local de instalação, o modelo e o número de série de cada purificador de água.

3.7.10. A **CONTRATADA** fica responsável por instalar o regulador de pressão, quando necessário.

3.7.11. Correrá integralmente por conta da **CONTRATADA** todas as despesas relativas à mão de obra disponibilizada para instalação dos equipamentos.

3.7.12. **Transferência dos pontos de instalação dos purificadores de água:** a **CONTRATANTE** poderá solicitar a transferência dos pontos de instalação dos equipamentos, nas hipóteses em que haja alteração do endereço, reforma do prédio e em outros casos com a justificativa assinada pelos fiscais do contrato e/ ou chefes de serviço.

3.7.13. Após a solicitação, a **CONTRATADA** deverá tomar as providências para a instalação e verificada a impossibilidade de se realizar o serviço, a **CONTRATADA** deverá comunicar, imediatamente a equipe solicitante para as adequações necessárias.

3.7.14. A **CONTRATADA** deverá, após a desinstalação dos purificadores de água para realocação, manter as instalações elétricas e hidráulicas utilizadas isoladas em condições seguras e em bom estado.

3.7.15. **Desinstalação:** ao término do contrato, os purificadores de água deverão ser desinstalados pela **CONTRATADA**.

- 3.7.16. A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias antes do término do contrato, um **Cronograma de Desinstalação detalhado**, que deverá ser aprovado pela Equipe de Fiscalização do Contrato.
- 3.7.17. A CONTRATADA, quando da desinstalação dos purificadores de água, deverá manter as instalações elétricas e hidráulicas utilizadas isoladas, em condições seguras e em bom estado.

3.8. **Qualificação técnica:**

- 3.8.1. A Contratada deverá apresentar o atestado de qualificação técnica, por período não inferior a 1 (um) ano. Os atestados deverão se referir a prestação de serviços de locação de purificadores de água para fornecimento de água natural e refrigerada (mista), incluindo mão-de-obra e todos os materiais necessários para instalação, manutenção preventiva e corretiva.
- 3.8.2. Será exigido o quantitativo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total desta contratação.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. Os purificadores de água deverão ser novos, de primeiro uso e não remanufaturados, com a voltagem adequada aos locais de instalação, além de possuírem, no mínimo, as seguintes características:
- 5.1.2.1. Fornecer água para consumo com vazão igual ou superior a um litro por minuto.
- 5.1.2.2. Opção para água em temperatura natural e refrigerada (mista).
- 5.1.2.3. Possibilidade de instalação em bancada ou fixação em parede.
- 5.1.2.4. Preparados para a operação na tensão elétrica 127 ou 220 Volts – 60 Hz.
- 5.1.2.5. Possuir elemento filtrante com vida útil de acordo com o fabricante.
- 5.1.2.6. Eficiência do filtro de água: Classe A para o nível de retenção de partículas.
- 5.1.2.7. Classificação "Aprovada" para o teste de eficiência bacteriológica.
- 5.1.2.8. Capacidade de refrigeração de água de pelo menos 2 litros/hora, compatível com uso comercial.
- 5.1.3. Os purificadores de água deverão:
- 5.1.3.1. Atender aos requisitos da Portaria INMETRO Nº 344 DE 22/07/2014 – certificação de segurança elétrica e construtiva para os bebedouros.
- 5.1.3.2. Possuir Selo INMETRO/IFBQ – Certificação Aparelhos para Melhoria de água.
- 5.1.3.3. Atender a norma ABNT NBR 16098:2012. Ensaio Obrigatórios e Ensaio Classificatórios - regulamenta os equipamentos por pressão para fornecimento de água potável para uso doméstico.
- 5.1.3.4. Atender as normas vigente quanto à acessibilidade.
- 5.1.4. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses.
- 5.1.5. A solução de mercado escolhida implica no conjunto de locação, instalação, manutenção preventiva, troca de elemento filtrante de acordo com o fabricante e manutenção corretiva.
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 6.2. Ainda, conforme o Guia Nacional de Contratações sustentáveis, da Advocacia Geral da União:
- 6.3. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

7. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. O agendamento deverá ser efetuado antecipadamente através do e-mail slo@fundacentro.gov.br (São Paulo) e udca@fundacentro.gov.br (Campinas).
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 8.1. Manutenção preventiva consistirá em procedimentos de limpeza, higienização e verificação geral de funcionamento dos purificadores, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos e deverá ocorrer conforme definido entre as partes.
- 8.2. A periodicidade será definida no plano de fiscalização.
- 8.3. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções preventivas dos purificadores de água, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo o pleno funcionamento.
- 8.4. A CONTRATADA fica obrigada a realizar a troca do elemento filtrante quando for detectado o término de sua vida útil, da vida útil do elemento filtrante em litros filtrados. O equipamento deverá evidenciar quando o elemento filtrante deve ser trocado. Caso o purificador não tenha essa funcionalidade, que seja acoplado ao purificador um medidor de litros de água purificados.
- 8.5. A CONTRATADA deverá apresentar à Equipe de Fiscalização, até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, um Plano de Manutenção Preventiva dos purificadores de água instalados, plano este que deverá ser atualizado sempre que houver troca ou realocação dos purificadores de água e que deverá conter no mínimo as seguintes informações: a identificação do purificador de água, o local, a data de instalação / desinstalação / realocação, dias de uso efetivo e ocorrências.
- 8.6. A data prevista e o acesso às instalações para as manutenções preventivas deverão ser agendadas com 5 (cinco) dias de antecedência e confirmadas com o fiscal de contrato.
- 8.7. Deverá ser fixado selo ou etiqueta na parte externa do purificador, para fácil verificação, com previsão de data da próxima troca do elemento filtrante.
- 8.8. **Manutenção corretiva:**
- 8.8.1. A manutenção corretiva consistirá no atendimento às solicitações do Contratante, notificação por meio de chamado técnico via e-mail, quantas vezes forem necessárias, sempre que houver paralisação, mau funcionamento e/ou por quebra do purificador, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças, componentes, acessórios, ajustes e reparos necessários, ou para a correção de defeitos que possam vir a prejudicar o funcionamento do purificador, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.
- 8.8.2. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções corretivas dos purificadores de água locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento deles.
- 8.8.3. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, através de e-mail, para efetuar manutenção corretiva sempre que o purificador de água não estiver funcionando adequadamente ou não estiver de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste documento e no Termo de Referência da contratação.
- 8.8.4. Após a notificação feita pelos fiscais de contrato, o atendimento para reparar ou substituir o purificador de água deverá ser de no máximo em 72 (setenta e duas) horas.
- 8.9. **Garantia permanente de atendimento:**
- 8.9.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia permanente aos purificadores de água durante toda a vigência do contrato.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 9.1.1. Os purificadores deverão obedecer aos requisitos previstos nos itens 5.1.2 e 5.1.3 e subitens deste Termo de Referência;
- 9.1.2. A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento de peças de reposição, sobressalentes, peças consumíveis e outras para utilização nas manutenções corretivas e preventivas dos purificadores de água;
- 9.1.3.

10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. A contratada deverá observar todas as informações contidas neste Termo de Referência a fim de evitar problemas futuros na execução contratual. Para melhor dimensionamento da proposta o fornecedor deverá especialmente observar o que está previsto em relação a(o):
- 10.1.2. Quantidade a ser fornecida e locais de instalação, conforme item 1.2
- 10.1.3. Atendimento aos requisitos dos purificadores, conforme item 5.1.2 e 5.1.3;
- 10.1.4. Atendimento ao modelo de execução do objeto, conforme previsto no título 8;
- 10.1.5. Atendimento aos materiais a serem disponibilizados, conforme o título 9.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.24. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.25. Apresentar à Equipe de Fiscalização, até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, um Plano de Manutenção Preventiva dos purificadores de água instalados.
- 12.26. A CONTRATADA fica responsável por instalar o regulador de pressão, quando necessário.
- 12.27. A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento de peças, componentes e acessórios nas manutenções corretivas e preventivas dos purificadores de água.

13.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

14.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 15.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO
- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I do TR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.1.3. Prazo de atendimento das demandas da manutenção corretiva.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1. Não produziu os resultados acordados;

16.2.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO
- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.5. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO
- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº

8.666, de 1993.

18.4. Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \times I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19.

REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.

GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não será exigida a prestação de garantia, pois conforme o item 8.9 e 8.9.1, a contratada deverá oferecer garantia permanente aos purificadores durante toda a vigência do contrato.

21.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Grau	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
	Para os itens a seguir, deixar de:	
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.
- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. A Contratada deverá apresentar o atestado de qualificação técnica:
- 22.3.2. Características: atestado de prestação de serviços de locação de purificadores de água para fornecimento de água natural e refrigerada (mista), incluindo mão-de-obra e todos os materiais necessários para instalação, manutenção preventiva e corretiva.
- 22.3.3. Quantitativo: correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total.
- 22.3.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 22.3.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- 22.3.6. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 22.3.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 22.3.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 22.3.9. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.10. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços,

consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.12. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Atenciosamente,

Dayane Ambrogi Gualberto Eguthi

Engenheiro Civil

(assinado eletronicamente)

DENILSON JOSÉ DA SILVA

Chefe Substituto do Serviço de Logística

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ WILLIAN DE OLIVEIRA SANTOS

Diretor de Administração e Finanças

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Denilson José da Silva, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 26/04/2023, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Ambrogi Gualberto Eguthi, Usuário Externo**, em 26/04/2023, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Willian de Oliveira Santos, Diretor(a) de Administração e Finanças**, em 26/04/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0213631** e o código CRC **3C083BFE**.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - IMR

- Os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado são autônomos, não excluindo o cumprimento dos demais itens do Edital nem a aplicação das demais penalidades previstas.
- Os descontos serão aplicados, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e no Edital, referentes à inexecução da prestação dos serviços, no todo ou em parte.
- Para efeito de aplicação dos descontos serão atribuídos graus de severidade, conforme tabelas a seguir. Os descontos abaixo são independentes, podendo ser aplicados cumulativamente.
- Os descontos serão efetuados sobre o valor da nota fiscal apresentada;
- O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, serem interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.
- Os descontos serão realizados por ocorrência, por mês, **sendo somado seu percentual no caso de reincidência**.
- Os descontos serão realizados, sempre que possível, na nota fiscal relativa ao mês da ocorrência.

ITEM	OCORRÊNCIA	GRAU
1	Não atender no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os chamados de manutenções corretivas abertos pela Contratante - por ocorrência.	5
2	Não atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os chamados de manutenções corretivas emergenciais abertos pela Contratante - por ocorrência.	6
3	Deixar ponto de água sem purificador operacional ou deixar de substituí-lo quando necessário – por equipamento/dia.	4
4	Não substituir nas manutenções preventivas os filtros, quando necessário – por equipamento.	5
5	Portar-se, por meio de seus funcionários, de forma indevida nos locais de prestação dos serviços.	4
6	Não remover os objetos e resíduos gerados na realização das atividades, deixando os ambientes sujos, com sobras de materiais.	3
7	Deixar de encaminhar ao Contratante as Ordens de Serviço preenchidas após a realização dos serviços, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.	1
8	Deixar de encaminhar ao Contratante os relatórios mensais dos serviços realizados juntamente a Nota Fiscal.	2

GRAU	DESCONTOS	PERCENTUAL
1	Desconto na NF do mês da ocorrência	0,5% sobre o valor total da respectiva fatura
2	Desconto na NF do mês da ocorrência	1,0% sobre o valor total da respectiva fatura
3	Desconto na NF do mês da ocorrência	1,5% sobre o valor total da respectiva fatura
4	Desconto na NF do mês da ocorrência	2,0% sobre o valor total da respectiva fatura
5	Desconto na NF do mês da ocorrência	2,5% sobre o valor total da respectiva fatura
6	Desconto na NF do mês da ocorrência	3,0% sobre o valor total da respectiva fatura

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Pregão Eletrônico nº [47648.000250/2021-31](#)

Declaro para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro que a empresa _____, CNJP _____, é detentora de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços para a execução dos serviços objeto da presente licitação, conforme exigências constantes no Edital e Termo de Referência, bem como os anexos de ambos os documentos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

Cidade

Data

Nome da empresa e CNPJ

RESPONSÁVEL